

Rita Ribeiro

PATRIMÓNIO CULTURAL, COMUNIDADE E REFLEXIVIDADE



Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

e Departamento de Sociologia,

Instituto de Ciências Sociais – U. Minho

A autora não segue as normas do Acordo Ortográfico de 1990

Descobrimos hoje o património cultural como o século XIX descobriu o povo e a sua cultura. Faz parte do olhar crítico das ciências sociais perceber que as categorias e visões do nosso tempo não estiveram sempre disponíveis e por isso é necessário perguntar sempre: por que começou? pela mão de quem? respondendo a que estratégias? As noções de povo e de património cultural não existiram sempre. O povo – para resumir num parágrafo o que levou pelo menos dois séculos a acontecer – só se constituiu como categoria histórica com as revoluções liberais que substituíram o puzzle de senhorios e impérios pelo Estado moderno, a sociedade de ordens e privilégios pelas classes sociais, o soberano absoluto pela soberania popular.

Efectivamente, só há povo na medida em que se consolida a ideia de nação. O Estado moderno em formação legitimou-se através do sentimento de pertença nacional e da ideia de que cada nação é uma família étnico-cultural, isto é, cada povo distingue-se por partilhar traços culturais, como língua, religião, território, história, costumes, ritos e imaginário, que o distinguem de outros povos. Dito de outra forma, o povo é “descoberto” porque é crucial sobrepor uma cultura nacional a um Estado. Não é, todavia, uma auto-descoberta. São os agentes do Estado moderno, as suas elites políticas e culturais, que vão em busca da cultura popular e tradicional, entendida como repositório da *genuína alma do povo*. Ao baú dessa cultura vai-se em missão de resgate registar trajes de trabalho e de dias festivos, músicas, cantos e danças, modos de fazer, línguas e dialectos, cultos pré-cristãos, vestígios materiais e intangíveis de civilizações e povos antecessores. O resultado não é simplesmente um inventário: a cultura popular é em boa medida inventada, fixada e domesticada nesse processo que entrou pelo século xx dentro (Storey, 2003).

Nas últimas décadas assistiu-se a uma nova urgência: identificar, inventariar e classificar a cultura do povo enquanto património, isto é, como herança do passado que merece ser preservada e valorizada. Depois da modernização dos modos de vida, o processo de globalização cultural fez soar os alarmes: as práticas tradicionais comunitárias estavam ameaçadas. “A história repete-se” – podia evocar-se esta sentença, frequente quando reconhecemos no presente acontecimentos, protagonistas ou lógicas de acção de outrora. Mas a história não reinici-se apenas, nunca é mera reprodução do passado. É o presente que nos permite perceber as semelhanças com tempos passados, e com isso explicita-se um sentido para o que nos é hoje familiar. O passado não é mais do que uma chave de leitura ou decifração.

À medida que se transformavam os modos de vida, a racionalidade técnica e mercantil sobrepunha-se às lógicas da tradição. Práticas e rituais perdiam o sentido que lhes era dado pela ligação íntima com a vida comunitária e a sua sobrevivência acontece hoje num enquadramento de significação muito distinto. E, precisamente, o rolo compressor da homogeneização cultural que avançou de modo avassalador ao longo da segunda metade do século xx veio reorientar o olhar sobre a herança

cultural. Quando cresce a uniformidade das práticas sociais e de consumo à escala global, cresce também a necessidade da singularização. Diz Alain Dieckhoff (2001:22) que “a semelhança aguça a diferença”. A homogeneização cultural não teve adesão plena; pelo contrário, provocou resistências que se traduziram na revalorização das identidades culturais locais e na revitalização das tradições, já não como herança do passado, mas sobretudo como afirmação do presente.

É deste modo que noções como património cultural ou identidade cultural saem dos contextos académicos e das organizações internacionais que têm a cultura como missão e chegam ao cidadão comum. Com isto, as comunidades e os seus representantes redescobrem as suas práticas tradicionais a partir de um olhar novo – o olhar externo do especialista autorizado que traz conhecimento e reconhecimento sobre as suas práticas e valida modos de fazer, interpretações e classificações. Daqui decorre um movimento a que se assiste globalmente de “regresso às raízes” e diferenciação cultural, a que se associa a inflamação da ideia de património cultural, sobretudo nas suas manifestações intangíveis ou imateriais, como rituais, tradições, saberes e festividades.

É neste contexto que ocorre um certo apelo e ânsia de patrimonialização, indo ao encontro dos instrumentos institucionais disponíveis para o efeito, designadamente o Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial, em Portugal, e a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, da UNESCO. À escala nacional ou internacional, estes processos de inventariação e classificação têm sido da maior importância – mesmo quando é longo o caminho a percorrer ou não chega a alcançar-se o galardão desejado – na mobilização de comunidades, associações e governos locais em prol do estudo aprofundado de manifestações culturais tradicionais e da sua preservação. Se valem como selo de qualidade que atrai mais visitantes, mais atenção mediática, mais especialistas, as classificações patrimonializadoras valem também pela consciencialização do valor destas práticas e estímulo ao seu estudo sistemático. Trata-se, sobretudo, de um reconhecimento que confirma inegavelmente o orgulho da comunidade na sua herança cultural e que, em muitos casos, representa o mais importante e manifesto resultado de um grande esforço de recolha de testemunhos, documentos escritos e registos audiovisuais.





A reflexão que tenho vindo a fazer sobre o tema da patrimonialização resulta do estudo da festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado – Valongo, em que participo, com vista à sua inscrição no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial. Trata-se de uma festividade cíclica, celebrada no dia S. João, e singular no contexto português por se centrar na luta entre mouros e bugios (cristãos), a partir de uma lenda que narra a disputa de ambos os grupos pela imagem de S. João e sequente conflito bélico. Para além das danças protagonizadas por Bugios e Mourisqueiros e da encenação da guerra entre ambos (designada “Prisão do Velho da Bugiada”), a festa comporta ainda cenas de natureza carnavalesca (farsa, crítica social e inversão ritualizada dos trabalhos agrícolas). Não sendo objectivo deste texto dar conta detalhada de toda a riqueza e complexidade simbólica desta manifestação da cultura popular, ficam algumas notas e interrogações a partir do processo em curso.

A definição e descrição do que é a festa da Bugiada e Mouriscada enquanto património não é isenta de tensões. Quer no trabalho de campo, quer na elaboração da Ficha de Inventário confrontam-se linguagens, saberes, autoridades e visões sobre a festa. Se, por um lado, a micro-conflitualidade alimenta a forma apaixonada como a comunidade se envolve na festa, por outro, a multiplicidade de perspectivas embaraça a expectativa comum entre os sobradenses de que o texto da Ficha de Inventário estabeleça “uma verdade”, um modo certo de fazer e de interpretar o que se faz. Sendo os membros da comunidade detentores do património cultural e agentes da sua acção tradicional, ao especialista vindo de fora exige-se que seja um narrador omnisciente, alguém que *deve saber tudo*, porque é essa a sua função, mas que ao mesmo tempo *não sabe nada* porque não é Sobrado.

A experiência de trabalho na Bugiada e Mouriscada de Sobrado mostra-nos que os processos de inventariação e classificação de património cultural imaterial têm um especial efeito benigno de colocar a sustentabilidade cultural nas mãos da comunidade. Quero com isto dizer que impele a tomar consciência e a reflectir acerca do presente e futuro da herança cultural, das oportunidades e riscos inerentes, nomeadamente os que estão associados à pressão e exploração turística e mediática e aos riscos de fossilização de práticas culturais que são dinâmicas, mesmo se ancoradas na tradição. Ao mesmo

tempo, motivam a comunidade local a participar activamente na produção de conhecimento sobre a sua festa, assim como no planeamento do futuro. E nada contribuiu mais decisivamente para a identidade e coesão dos sobradenses do que a festa de S. João.

Num contexto em que, à escala global, se redescobre a herança cultural, lançam-se sobre ela, para a salvar e para a apossar, os quatro cavaleiros ultra-modernos do apocalipse: mediatização, turistificação, mercantilização e patrimonialização. Ainda assim, a cultura popular, enquanto expressão colectiva e do “common people” é manifestação de resistência e não peça silenciosa de museu ou simulacro mercantil. Isso mesmo tem revelado o estudo de Sobrado e da sua festa (e não apenas da festa de Sobrado). Sendo um processo *top down*, a inventariação e classificação do património cultural imaterial não está sob a tutela das elites políticas e académicas que “fabricaram” a cultura popular nos últimos séculos. O conhecimento é um recurso central nas sociedades modernas e, como tal, também no campo do património a reflexividade caracteriza o modo como as sociedades se analisam, gerem e projectam (Beck, 2000). Em Sobrado, a comunidade faz a festa e pensa a festa. Saibamos, como especialistas, ser parte desta equação reflexiva.

- Beck, Ulrich, Giddens, Anthony & Lash, Scott (2000). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora.
- Dieckhoff, Alain (2001). *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Storey, John. (2003). *Inventing Popular Culture. From folklore to globalization*. Malden: Blackwell.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS